



PARECER PRÉVIO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº 10967/2018.

Apensos: Processo nº 12122/2018.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Prefeitura Municipal de Boca do Acre.

4- Exercício: 2017.

5- Responsável: Jose Maria Silva da Cruz (Prefeito Municipal).

6- Advogado: Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.

7- Unidade Técnica: DICAMI e DICOP.

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Parecer nº 2789/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2017.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

10.1. Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação das contas, referente ao exercício de 2017, do Senhor **Jose Maria Silva da Cruz**, Prefeito do Município de Boca do Acre e Ordenador de Despesas, à época, em razão das irregularidades listadas na fundamentação do Relatório/Voto, nos termos do artigo 31, §§ 1º e 2º, da CR/1988, c/c o artigo 127 da CE/1989, com redação da Emenda Constitucional nº. 15/1995, artigo 18, inciso I, da Lei Complementar nº. 06/1991, artigos 1º, inciso I, e 29 da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, e artigo 5º, inciso I, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE, e artigo 3º, inciso III, da Resolução nº. 09/1997.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Julho de 2020.

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO

de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA
Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO
Conselheiro

ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR
Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 10967/2018.**
Apensos: Processo nº 12122/2018.
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Boca do Acre.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Jose Maria Silva da Cruz (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Juarez Frazao Rodrigues Junior – OAB/AM 5851.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICOP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2789/2020-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Boca do Acre. Exercício de 2017.

Irregularidade. Multa. Alcance. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas do Senhor **Jose Maria Silva da Cruz**, Prefeito do Município de Boca do Acre e Ordenador de Despesas, à época, em razão das impropriedades em razão das impropriedades sobreditas e não sanadas nesta instrução, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, a Prestação de Contas do Prefeito do Município de Boca do Acre, referente ao exercício de 2017.

10.2. Aplicar Multa ao Senhor **Jose Maria Silva da Cruz**, Prefeito do Município de Boca do Acre e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 13.654,39** (treze mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e trinta e nove centavos), por atos praticados com grave infração à norma legal ou regulamentar de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, com fulcro no artigo 54, incisos II e III da Lei Orgânica do TCE/AM nº 2.423/1996 c/c o artigo 308, VI da Resolução TCE/AM nº. 04/2002-TCE/AM, em razão das impropriedades remanescentes de saneamento listadas na fundamentação do



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

Relatório/Voto, que deverá ser recolhida **no prazo de 30 dias** para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERE autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM

10.3. Considerar em Alcance o Senhor **Jose Maria Silva da Cruz**, Prefeito do Município de Boca do Acre e Ordenador de Despesas, à época, no valor de **R\$ 1.199.619,96** (um milhão, cento e noventa e nove mil, seiscentos e dezenove reais e noventa e seis centavos), com fulcro no artigo 304, inciso VI da Resolução nº. 04/2002-RITCE/AM, c/c o disposto no artigo 22, inciso III, alíneas "c" e "d" e §2º, alíneas "a" da Lei Orgânica nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, em razão dos débitos demonstrados na fundamentação do Relatório/Voto, que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Boca do Acre por descumprimento de/pelas improbidades apontadas, com a devida comprovação nestes autos (artigo 72, III, alínea "a" da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 308, §3º, da Resolução nº. 04/2002 - RITCE). Expirado o prazo estabelecido, e não havendo recolhimento da referida quantia, determine ao Chefe do Poder Executivo daquele município que proceda a inscrição na Dívida Ativa e a imediata cobrança judicial, cientificando este Tribunal de todas as medidas adotadas.

10.4. Determinar ao Ministério Público junto a esta Corte de Contas que, se for o caso, represente junto ao Ministério Público Estadual os ilícitos cometidos pelo Senhor **José Maria Silva da Cruz**, Prefeito do Município de Boca do Acre e Ordenador de Despesas, à época, encaminhando cópias autenticadas dos autos, para que sejam adotadas as medidas cabíveis à espécie, tudo nos termos do artigo 129, da CR/1988, c/c os artigos 114, inciso III, da Lei nº. 2423/1996 - LOTCE e artigo 54, inciso XII, da Resolução nº 04/2002-RITCE.



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

10.5. Determinar que seja Comunicada a decisão proferida ao **Tribunal Regional Eleitoral no Estado do Amazonas**, em razão do artigo 1º, inciso I, alínea “g”, da Lei Complementar nº 64, de 18/5/1990.

10.6. Determinar o encaminhamento de cópia dos autos ao **Ministério Público Estadual** para apuração e tomada de providências que entender cabíveis no âmbito de sua competência, relativamente às irregularidades apontadas na Prestação de Contas que constituem **indícios** de improbidade administrativa, na forma do art. 22, § 3º, da Lei nº 2.423/1996.

10.7. Determinar à origem que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite a reincidência do cometimento das impropriedades relatadas na fundamentação do Relatório/Voto, em futuras prestações de contas, quais sejam:

10.7.1 Termo de Referência utilizado para subsidiar o processo licitatório, não apresenta elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto da contratação, conforme descrito abaixo, impossibilitando avaliar a coerência entre os quantitativos estimados de áreas a serem beneficiadas com o número de profissionais contratados.

10.7.2 Ausência da Planta das ruas e roteiros, e memória de cálculo para o quantitativo adotado da área considerada de limpeza;

10.7.3 Ausência de Memorial de dimensionamento da mão de obra (equipes), para o quantitativo e tipos de profissionais adotados;

10.7.4 Ausência de Memorial contendo os roteiros, frequências, periodicidades e horários da varrição;

10.7.5 Ausência de Memorial com a metodologia de execução dos serviços;

10.7.6 Inobservância à Resolução nº 27/2102-TCE/AM, que dispõe sobre os procedimentos de controle interno relativos a obras e serviços de engenharia a serem adotados pela Administração Direta e Indireta Estadual, do Município de Manaus e dos Municípios do interior do Estado, referente ao seu Art. 2º, §2º e §3º;

10.7.7 Ausência de portaria designando os responsáveis pela



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

fiscalização do contrato, ou documento equivalente (Art. 58, III; Art. 67 a 70 e 112 da Lei 8666/93);

10.7.8 O aviso de Edital foi publicado no Diário Oficial da União. Entretanto, não houve publicação no Diário Oficial do Estado, como também em jornal diário de grande circulação no Estado. (art. 21 c/c art. 38, II da Lei 8666/93);

10.7.9 Aviso de Edital foi publicado no Diário Oficial da União. Entretanto, não houve publicação no Diário Oficial do Estado, como também em jornal diário de grande circulação no Estado. (art. 21 c/c art. 38, II da Lei 8666/93);

10.7.10 Ausência dos documentos de habilitação, referente à qualificação técnica, das empresas participantes, conforme item 8.4, subitem 8.4.1 do próprio Edital. (Art. 27, II c/c art. 30, da Lei 8666/93);

10.7.11 Ausência de portaria designando os responsáveis pela fiscalização do contrato, ou documento equivalente (Art. 58, III; Art. 67 a 70 e 112 da Lei 8666/93);

10.7.12 Ausência dos comprovantes de pagamento de salários, apólices de seguro contra acidentes de trabalho, quitação de suas obrigações trabalhistas, previdenciárias relativas aos seus cooperados que prestam ou tenham prestado serviço ao contratante, por força deste contrato;

10.7.13 Ausência dos respectivos relatórios contendo os quantitativos mensais de cada um dos tipos de serviços realizados e os valores apurados;

10.7.14 Ausência das guias de recolhimento junto a Previdência Social-GFIP/GPS, que deverão corresponder ao período de execução do contrato;

10.7.15 Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social; -Relação dos Cooperados constantes do Arquivo SEFIP-RE, constantes da relação de prestadores de serviços;

10.7.16 Ausência de prova do recolhimento do ISS, por meio de cópia autenticada da guia de recolhimento correspondente aos serviços executados, referenciada à data de emissão da nota fiscal;

10.7.17 Ausência do destaque do valor da retenção previdenciária na



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

Nota fiscal emitida pela contratada;

10.7.18 Ausência da cópia da Folha de Pagamento específica para os serviços realizados sob o contrato, identificando o número do contrato, a unidade que o administra, relacionando respectivamente todos os cooperados colocados à disposição dessa;

10.7.19 Nome dos cooperados; -Cargo ou função; -Remuneração, discriminando separadamente as parcelas sujeitas ou não à incidência das contribuições previdenciárias; -Descontos legais; -Resumo geral consolidado da folha de pagamento;

10.7.20 Descumprimento pelo ente da Lei de Acesso à Informação;

10.7.21 Ausência de informações sobre a receita nos últimos 6 meses, incluindo natureza, valor de previsão e valor arrecadado;

10.7.22 Ausência de informações sobre despesa nos últimos 6 meses, quanto ao valor do empenho, liquidação, pagamento e favorecido;

10.7.23 O site não apresenta dados nos últimos 6 meses contendo: Íntegra dos editais de licitação, Resultado dos editais de licitação e Contratos na íntegra;

10.7.24 O ente não divulga as seguintes informações concernentes a procedimentos licitatórios com dados dos últimos 6 meses, Modalidade, Data, Valor, Número/ano do edital, Objeto;

10.7.25 O site não apresenta Relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações genéricas sobre os solicitantes;

10.7.26 O Site possibilita a gravação de relatórios em diversos formatos eletrônicos, abertos e não proprietários, tais como planilhas e texto (CSV), de modo a facilitar a análise das informações;

10.7.27 No Serviço de Informações ao Cidadão -SIC, não consta indicação dos horários de funcionamento;

10.7.28 No site está disponibilizado o registro das competências e estrutura organizacional do ente;

10.7.29 O Portal não disponibiliza endereços e telefones das respectivas



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

unidades e horários de atendimento ao público;

10.7.30 Não há divulgação de diárias e passagens por nome de favorecido e constando, data, destino, cargo e motivo da viagem;

10.7.31 Descumprimento de prazos do Sistema GEFIS;

10.7.32 Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes aos seis bimestres de 2017 do RREO, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Resolução 15/13 c/c a 24/13;

10.7.33 Descumprimento do prazo de publicação referente aos seis bimestres de 2017 do RREO, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 165, §3º, da Constituição Federal c/c art. 52 da LC nº 101/00;

10.7.34 Descumprimento do prazo e/ou ausência de envio de remessas ao sistema e-Contas (GEFIS) referentes aos dois bimestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, em desacordo ao prazo de 45 dias estabelecido na Lei Estadual 2.423/96 c/c Resoluções 15 e 24/13;

10.7.35 Descumprimento do prazo de publicação referente aos dois semestres de 2017 do Relatório de Gestão Fiscal, conforme sistema e-Contas (GEFIS), em descumprimento ao prazo estabelecido no art. 55, § 2º da LC nº 101/00;

10.7.36 Desatualização do Portal da Transparência em consulta realizada em 20/04/18 em descumprimento aos arts. 48, 55, § 2º, da Lei Complementar 101/00, ao não disponibilizar o instrumento de transparência da gestão fiscal;

10.7.37 Divergência entre Razão Contábil/Saldo Bancário X Balanço Financeiro;

10.7.38 Ausência de Processo de Execução da Dívida Ativa;

10.7.39 Descumprimento do limite de gastos com pessoal;

10.7.40 Identificação de atraso do repasse integral de repasse constitucional à Câmara Municipal de Boca do Acre;

10.7.41 Ausência de controle eficiente de bens do Ativo Imobilizado;



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

10.7.42 Não há critério definindo dos conceitos adotados na “Situação do Bem” relativo ao estado de conservação do bem patrimonial que são: ótimo, bom, razoável e danificado;

10.7.43 Os bens como computadores, impressoras são repassados as Unidades sem Termo de Cautela;

10.7.44 Ausência de controle dos bens de consumo;

10.7.45 Não há local específico para guarda, organização e acondicionamento dos materiais;

10.7.46 Ausência de Ficha de Estoque de cada mercadoria contendo a movimentação (entrada com o registro da nota fiscal e saída com o nº da requisição);

10.7.47 Ausência de controle Informatizado eficiente da movimentação dos materiais (entrada e saída), inexistem ficha de controle manual ou automatizada e ao final do exercício os saldos de todos os itens foram zerados;

10.7.48 Ausência de Aplicação na Função 365 – Educação Infantil;

10.7.49 Descumprimento da estratégia 18.1 - Estrutura das redes públicas de educação básica;

10.7.50 Não atendimento ao Princípio da Publicidade;

10.7.51 Fiscal da Execução dos Contratos;

10.7.52 Inexistência de acompanhamento e fiscalização da execução contratual por um representante da Administração especialmente designado;

10.7.53 Inobservância de procedimentos em julgamento dos Pregões Presenciais;

10.7.54 Ausência de Condições quanto ao local, prazo de entrega, forma de pagamento, e nos casos de serviços, quando cabível, frequência, periodicidade, características do pessoal, materiais e equipamentos a serem utilizados, procedimentos, cuidados, deveres, disciplina e controles a serem adotados;



ACÓRDÃO Nº 22/2020 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 22/2020 – TCE – Tribunal Pleno)

10.7.55 Realização periódica de pesquisa de mercado para comprovação da vantajosidade;

10.7.56 Ausência de designação do servidor e Fiscal do contrato.

10.8. Determinar à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

11- Ata: 21ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 15 de Julho de 2020.

13- Especificação do quórum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira Relatora

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral